



**Ata da 17ª (Décima Sétima) Sessão Ordinária do 2º (segundo) Período Legislativo Ordinário, da 20ª (Vigésima) Legislatura da Câmara Municipal de Itapemirim Estado do Espírito Santo, realizada no dia 24 de maio de 2023, na sede do Legislativo, situado na Rua: Adiles André, s/n, Serra Mar, Itapemirim-ES, sob a Presidência do Vereador Paulo Sérgio de Toledo Costa.** À hora regimental, foi registrada a presença dos seguintes vereadores: **Alcione de Amorim Gomes, Antônio Carlos Helvécio, Erasto da Costa Rocha, Estevão Silva Machado, João Bechara Netto, José de Oliveira Lima, Júlio César Ferreira de Magalhães, Lenildo Henriques e Renildo Nascimento Peçanha.** Vereador Presidente Paulo Sérgio justificou a falta do vereador Lucimar Alves Soares. A Sessão teve início com a leitura da Bíblia. Nas considerações iniciais Vereador João Bechara Netto, registrou o falecimento do psicólogo natural de Bom Será, Naildo Ferreira, e pediu uma moção de pesar. **MATERIAL DE EXPEDIENTE: Ofício Externo Nº 60/2023. Ementa:** OFÍCIO: 06/2023 - Prestação de contas referente ao mês de janeiro de 2023 em 03(três) volumes - Instituto Vida Salus - gestor do Hospital "Menino Jesus". **Autoria: Jefferson Guisso Neves- Diretor do Hospital Menino Jesus. Ofício Externo Nº 64/2023. Ementa:** OF. SEMTRA/ Nº 004/2023 Assunto: Resposta do Ofício PRESID/PSTC Nº 010/2023 E Nº 043/2023. **Autoria: Rogério da Silva Rocha – Secretário Municipal de Transportes. Ofício- Secretaria Municipal Nº 12/2023. Ementa:** OFÍCIO/SMF/Nº 005/2023 - Informações sobre o último Leilão de sucatas e bens inservíveis realizado por esta municipalidade. **Autoria: Marcos José de Toledo. Vereador João Bechara Netto:** Pontuou que a ordem 2 do secretário de transporte e a ordem 3 do secretário de finanças, estaria alicerçado no requerimento que ele fez em plenário e pediu para encaminhar algumas informações sobre os leilões que aconteceram anteriormente, observou que o secretário de finanças, Marcos José Toledo, não encontrou dificuldade por responder por escrito as informações e encaminhar para a Câmara, ao contrário do secretário de transporte que não respondeu nenhum requerimento e ainda quer ser convocado, disse que o secretário queria palco e fazer política e se ele quiser ele pode solicitar a Tribuna Livre, pois a Casa não estaria no momento de dar palco a ninguém, mas de ter esclarecimento documental e não apenas verbal. Parabenizou o secretário de finanças por ter enviado o esclarecimento e ter respondido o requerimento por escrito. **Ofício – Secretaria Municipal Nº 13/2023. Ementa:** OFÍCIO SEMMA Nº 42/2023 - Retificando a data do evento da Semana do Meio Ambiente para 06 de junho de 2023. **Autoria: Kamila Santiago Silva Mendes Ladeira. Parecer Prévio do Tribunal de Contas – TCEES Nº 1/2023. Ementa:** Parecer Prévio 00027/2022-1 - 2ª Câmara - Prestação de Contas Anual de Prefeito - Prefeitura Municipal de Itapemirim: Exercício de 2019 - Parecer Prévio pela Rejeição das Contas. **Autoria: Tribunal de Contas do ES. Indicação Nº 71/2023. Ementa:** Indica reforma geral da Escola Municipal Unidocente de Ensino Fundamental "Penha", localizada no distrito de Piabanha do Norte, neste Município. **Autoria: Erasto da Costa Rocha. Indicação Nº 72/2023. Ementa:** Indica pavimentação asfáltica de aproximadamente 300 (trezentos) metros de extensão, na localidade de Córrego do Ouro. **Autoria: Erasto da Costa Rocha. Indicação Nº 73/2023. Ementa:** Indica que seja realizada limpeza de rua e retirada de entulhos na Comunidade Quilombola, neste Município. **Autoria: Paulo Sérgio de Toledo Costa. Requerimento de Informação Nº 9/2023. Ementa:** REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO referente aos pagamentos realizados ao Consórcio Expandida Sul, no período de janeiro até 20 de maio de 2023, pela Prefeitura Municipal de Itapemirim. **Autoria: Paulo Sérgio de Toledo Costa. Projeto de Lei Nº 24/2023. Ementa:** Dá denominação de rua "Ariosto Costa Batista" na localidade de Campo Acima, neste município. **Autoria: Estevão Silva Machado. Projeto de Lei Nº 25/2023. Ementa:** Dá denominação de rua "Odílio Gomes do Espírito Santo" na



localidade de Palmital, neste município. **Autoria: Renildo Nascimento Peçanha. Projeto de Lei Nº 26/2023. Ementa:** Dá denominação de rua “Ziltinho Silva” na localidade de Campo Acima, neste município. **Autoria: Estevão Silva Machado.** Após a leitura do material de expediente, Requerimento de Informação Nº 9/2023 entrou em apreciação do plenário, tendo sido aprovado. **Vereador Presidente Paulo Sérgio de Toledo Costa:** Informou que o secretário de finanças teria sido convocado, mas o mesmo não pode comparecer e teria enviado um Ofício com a justificativa e com respostas de alguns questionamentos da Casa de Leis. Pediu para que fosse feito a leitura do Ofício - Secretaria Municipal de Finanças Nº 6/2023 de autoria do secretário de finanças. **Vereador Presidente Paulo Sérgio de Toledo Costa:** Disse que conforme foi lido, o secretário de finanças informa que no ano de 2023 foram pagos ao Consórcio Expandida Sul R\$ 3.770.272,55 (três milhões, setecentos e setenta mil e duzentos e setenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos), sendo que o último pagamento, realizado no dia 17 de maio de 2023, foram pagos R\$ 2.420.272,53 (dois milhões, quatrocentos e vinte mil e duzentos e setenta e dois reais e cinquenta e três centavos), com isso, boa parte das despesas com o Consórcio teria sido pago. Relacionado a empresa MGE, informou que o último pagamento que a empresa teria recebido foi referente ao mês de dezembro/2022 pago no mês de janeiro/2023, e a informação que chegou a Casa de Leis seria que a empresa estaria sem receber os meses de janeiro, fevereiro, março e abril, enquanto os funcionários estariam sem receber os meses de março e abril, disse que segundo o Ofício, próximo a data de 8 de março do recorrente ano, o pedido do pagamento já teria sido protocolado na Secretaria de Finanças, mas com algumas pendências de documentação, por isso, foi informado que não teria débito com a empresa na época e a partir dessa data, alguns colaboradores da empresa entraram na justiça para requerer os seus direitos, comentou que a prefeitura teria sido notificada dessas ações judiciais trabalhista, uma delas em torno de R\$200.000,00 (duzentos mil reais), outra de R\$137.000,00 (cento e trinta e sete mil reais) e mais uma de R\$48.000,00 (quarenta e oito mil reais), pelo que teria entendido, a procuradoria do município teria suspenso os pagamentos da MGE, desse modo, a empresa não estaria recendo por conta das ações judiciais, pediu ajuda aos vereadores e explicou que por conta de aproximadamente 8 pessoas, os outros funcionários estariam sem receber os meses já citados. Percebeu que existe um problema de relacionamento entre o Executivo Municipal e a empresa contratada e quem estaria entre esse elo são os colaboradores contratados da MGE, alguém teria que arcar os o salário dos trabalhadores, disse que o que preocupa ele seria se a empresa não paga os servidores e eles entram com causas trabalhista, quem deveria pagar seria o município. Relatou que já tentou trazer o Executivo Municipal e a empresa MGE na Casa, disse que o Executivo teria vindo, onde reafirmaram que não estariam pagando a empresa nos meses de janeiro a março por conta das documentações, mas que já teriam sido regularizadas e que não estariam pagando no momento devido a uma ação judicial, questionou quem iria pagar a conta e pediu ajuda dos demais vereadores. Achou que a procuradoria do município ao invés de suspender o pagamento por conta das ações judiciais, teriam que no mínimo arcar com os pagamentos daqueles que estariam trabalhando. Propôs aos vereadores para que convoquem a empresa MGE, o Executivo Municipal na pessoa da Secretária de Administração e uma comissão dos colaboradores que estariam requerendo seus direitos, pois independente do que os vereadores falarem, não resolveria o problema. **Vereador Júlio César Ferreira de Magalhães:** Questionou se o Executivo Municipal teria efetuado algum pagamento relacionado ao ano de 2023. **Vereador Presidente Paulo Sérgio de Toledo Costa:** Respondeu que de acordo com as informações que chegaram a Casa de Leis, não teriam realizado nenhum pagamento



relacionado ao mês de janeiro, fevereiro, março e abril. **Vereador Júlio César Ferreira de Magalhães:** Disse que o que entenderia da situação seria que os colaboradores estariam trabalhando servindo o município, e alegaram que não pagaram por conta das documentações, mas que teriam recebido janeiro e fevereiro, o que parece que a empresa teria uma boa intenção, já que pagaram os funcionários por dois meses sem receber um centavo da prefeitura. Opinou dizendo que valeria um bom senso da prefeitura, por mais que as documentações estariam erradas nos dois primeiros meses, elas teriam sido acertadas, dessa forma, a prefeitura teria que ter a obrigação de pagar pelo menos esses três meses que as documentações foram organizadas. **Vereador Presidente Paulo Sérgio de Toledo Costa:** Respondeu uma pergunta feita por alguém do plenário, áudio e pessoa não identificada, vereador disse que quem teria entrado na justiça não estaria recebendo assim como aqueles que não entraram. Comentou que o prefeito não poderia se eximir dessa responsabilidade e se ele liberou que a empresa contratasse até 50 pessoas, ele teria que vir na Casa e se explicar, pois se ele arrumou os problemas, não teve condições de arcar com as despesas da empresa, não deveria contratar a empresa. Alegou que ficar discutindo não resolveria em nada. Respondeu novamente alguém não identificado no plenário, dizendo que o responsável por ele não está recebendo seria o prefeito de Itapemirim. Propôs ao plenário a convocação do prefeito municipal, a empresa MGE e a secretária de administração para uma reunião ou para próxima sessão, para que pudessem repassar melhores informações para os vereadores, e assim eles pudessem repassar para os colaboradores. **Vereador João Bechara Netto:** Disse ser importante deixar claro que isso seria um problema administrativo e de gestão, que teriam a responsabilidade disso, e não era um problema da Câmara, pois os contratos feitos com a Câmara são arcados pela Câmara, onde a mesma paga seus fornecedores em dia, comentou que por falta de organização e gestão estaria uma situação desgastante, pois doeria saber que existe pessoas passando fome e com contas a pagar. Propôs uma medida com cautela e imprudência de uma reunião na Câmara, convidando o prefeito, secretário de administração, secretário de finanças, o dono da empresa MGE e os colaboradores da empresa para resolver o problema, pois estaria tudo judicializado e quem ninguém estaria recebendo, disse não saber se no momento de aderir a Ata de registro de preço viram o histórico da empresa e se preocuparam com isso, pois estaria chegando em um ponto insustentável e quem criou o problema fugiu dele, ressaltou a proposta dele referente a reunião no plenário da Câmara, disse que quem não comparecer na reunião seria o irresponsável que estaria fugindo. **Vereador Antônio Carlos de Helvécio:** Cumprimentou a todos. Concordou com a fala do vereador João Bechara e afirmou que pensa o mesmo, disse ser desagradável ver os funcionários passar por essa situação. Alegou que foi um dos vereadores que cobrou a meses pelo pagamento dos colaboradores, assim como o vereador João Bechara, questionou se o Executivo não teria analisado as documentações antes de fazer o contrato, ou será, que analisaram e fizeram “vista grossa” e depois jogou o problema para cima dos vereadores. Disse ser a favor do pagamento dos trabalhadores e perguntou quem estaria dos vereadores estariam trabalhando sem receber, alegou não ser hipócrita e afirmou se não pagasse o salário dele não iria trabalhar, pois quem trabalha de graça seria o relógio. Entende que os colaboradores não teriam nada a ver com o Executivo e se a empresa os contratou, ela teria que pagar, mas seria uma covardia o que o Executivo estaria fazendo, de contratar e colocar a empresa trabalhar e depois não fazer o repasse, declarou apoio com a realização da reunião proposta. **Vereador Presidente Paulo Sérgio de Toledo Costa:** Informou que a administração pública tem alguns princípios a seguir da Constituição Federal, sendo eles, da pessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, e



ferir esses princípios geraria improbidade administrativa, disse ter visto que esses princípios já estariam sendo feridos a muito tempo e estariam tentando ajudar o município, mas não estariam querendo ajuda. Citou o Art. 242 e 243 do Regimento Interno, onde fala que quando algum servidor e até mesmo o prefeito for convocado para prestar informações na Câmara e não comparecer sem nenhuma justificativa, poderia ainda ser reiterado a convocação, mas se mesmo assim não comparecer ele responderia perante a Casa e a Justiça por ato de improbidade administrativa, em seguida, convocou para o dia 30 de maio as 14h na Câmara, o prefeito municipal de Itapemirim Dr. Antônio Rocha, os vereadores, o secretário de administração, a procuradoria deles, o secretário de finanças e os colaboradores da empresa MGE, disse que não poderia convocar, mas convidar o representante da empresa MGE para comparecer à reunião. A convocação entrou em apreciação do plenário, tendo sido aprovado. Atendendo ao pedido dos vereadores, vereador Presidente Paulo Sérgio convidou o Secretário de Saúde Joseli para Tribuna. **Secretário de Saúde Joseli José Marquezini:** Cumprimentou a todos, informou que um dos primeiros tópicos pedia esclarecimento a respeito das questões relacionada a saúde do município e alegou que nada estaria sendo fácil em Itapemirim e que estaria encontrando dificuldades extremas com contingente de pessoal e questão financeira, alegou queda do fluxo de repasse de royalties, que estaria acontecendo em todos os meses. Pegou a fala do presidente Paulo Sérgio, onde na leitura do documento do secretário de finanças em que ele fez menção a responsabilidade da Secretaria de Saúde como gestora e ordenadora de despesa, pontuou dizendo que seria gestor e ordenador de despesa, mas não seria gerente do financeiro dele e isso estaria sendo uma dificuldade para priorizar alguns serviços, pois para pagar qualquer coisa dependeria do aval do secretário de finanças, disse que ele pode empenhar, liquidar e autorizar, mas sem o aval dele, não conseguiria efetivar o pagamento. Comentou sobre os serviços de saúde e informou que estariam passando por uma reestruturação nas equipes da ESF, relatou que esteve com a equipe de médicos que assumiria a partir da próxima semana da presente sessão, onde novos médicos, dentistas e enfermeiros foram chamados pelo processo seletivo. Disse que estariam deixando de lado a possibilidade de ter especialidades na Atenção Primária nas Unidades Básicas de Saúde, justificou que no ano passado, não teria trago benefícios e não teria melhorado os indicadores que representaram repasse do Ministério da Saúde para o município e com a grande quantidade de profissionais nas Unidades de Saúde, provado em audiência pública, que não obtiveram vantagens, além da contenção de gasto em atenção ao decreto de contingenciamento de despesa, dessa forma, a intenção estaria em reforçar a Atenção primária separando da Atenção Secundária, concentrando as especialidades médicas, que a partir do dia 1 de junho estaria a disposição no CEM (Centro de Especialidades Medicas) no distrito de Itaipava e no CEM Mão Bilú. Explicou como o fluxo aconteceria, disse que a primeira porta de entrada do paciente seria na Atenção primária e quando houver necessidade do paciente ser referenciado a Atenção Secundária em determinada especialidade o médico colocaria no sistema encaminhando para o atendimento, feito isso, a própria regulação do município faria o agendamento do paciente. Relatou que existiria alguns caminhos a seguir como fonte de financiamento para Atenção Secundária, o caminho da utilização dos recursos próprios de profissionais médicos efetivos especialistas existentes no município, também um caminho de utilizar toda oferta de serviço disponibilizado pelo SUS, um caminho que ainda estaria por vir, que seria o Polo Litoral Sul de Especialidade, que estaria sendo criado em Anchieta no Hospital do MEPES, com sistema de cofinanciamento do Governo Federal, Governo Estadual e Municipal, tendo 12 especialidades médicas e o caminho através do Consórcio, que estariam





buscando uma inversão de papéis, onde durante muitos anos utilizaram o Consórcio como a primeira fonte de financiamento, e que até então, estariam mudando para usar como quarta opção, informou que dessa forma a Atenção Secundária estaria sendo reestruturada, tendo esse novo formato. Explicou também sobre a Atenção Terciária, informou que seria a parte de média e alta complexidade hospitalar, que não seria obrigação do município e sim do Estado, citou exemplos, como, cirurgias cardíacas, oftalmológicas e aquelas de grandes portes, comentou que fazem algumas cirurgias ginecológicas no Hospital Menino Jesus, que não inclui em alta complexidade, alegou ainda que estariam realizando Hemodiálise e que isso não seria uma obrigação do município, mas sim competência do Estado. Alegou que teria uma lista de serviços que o município assumiu e estariam realizando, mas que não era o papel de Itapemirim. Disse que estariam realizando reestruturações e que precisaria que cada setor inserisse no sistema toda vez que tivesse uma necessidade adiante, para que não ocorra desorganização na realização das atenções Primária, Secundária e Terciária, relatou que estaria com vários processos que chegaram nas mãos deles que iniciaram na Atenção Primária, foi inserido na Secundária, foi atendido, mas o médico não teria dado continuidade, dessa forma, disse que profissionais como esse, que não insere no sistema não serviria para trabalhar com eles. Concordou que existe muitas coisas a serem feitas, mas estariam em um caminho da regulação formativa territorial, seguindo as normas do Ministério da Saúde, pois não poderiam sair fazendo o que querem, mas seguir normas e Leis. Comentou sobre uma falada referente a Ata e informou que não faz adesão a nenhuma Ata, alegou que teriam vários contratos fechados, contratos com pedido de redução e contrato que ainda estariam sendo finalizados em termo de licitação, explicou que não teria com aderir algumas Atas, pois tinham propostas onde medicamentos os medicamentos custavam mais caros nas Atas, comentou que estaria lutando para licitar os processos, disse que seria demorado, mas que ficaria uma Ata limpa e sem vícios herdados do município. Informou que as especialidades que diz respeito ao CAPS, CRIA e a Casa Rosa continuariam no mesmo lugar. Falou que em relação aos contratos, teriam contratos vigentes e não vigentes contando que estariam pedindo redução em decorrência do próprio decreto onde realizaram um corte linear de 35% das despesas, com intuito de ajustar a conta ao orçamento, disse que o estaria trabalhando com o objetivo de reduzir um déficit mensal de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) por mês, alegou que não estaria sendo fácil. Após uma pergunta não identificada feita por alguém do plenário, explicou que alguns profissionais e empresas cadastradas no Consórcio pararam de trabalhar devido ao atraso de pagamento e ficaram sem argumento para manter essas pessoas trabalhando, alegou que o valor repassado para o consórcio, de aproximadamente 3 milhões, corresponde ao contrato de programas e que teriam dois contratos com o Expandida Sul, um de rateio, aquele que pagam as despesas para manutenção do Consórcio, e um de programa, que seria aplicado em assistência médica, relatou que foi pago o contrato de programa, mas que o de rateio ainda não teria sido pago, referente ao mês de janeiro, fevereiro e março, afirmou ainda que teriam pago o contrato de programa do Polo Sul dos meses de janeiro, fevereiro, março, abril e maio, onde envolve uma parte do dinheiro do Estado e também do próprio município, disse que ficaria em uma base de 116 mil, alegou que ajudou e aliviou um pouco a situação. Relatou que estariam processando as informações dos serviços prestados no mês de janeiro, fevereiro e março para liberarem os pagamentos, pois não tinham o serviço em valores definidos para realizar a faturação, informou que a equipe estaria empenhada, trabalhando fora do horário de trabalho para conseguirem fechar o faturamento até o dia 31 de maio e só teria condição de responder o documento enviado para ele, depois de fechar os três



meses, relatou que houve problemas com a farmácia do cidadão, onde alguns servidores que também trabalhavam para o Consórcio e por conta do atraso de pagamento deixaram o serviço, informou que alguns desses funcionários estariam retornando e voltando a prestar serviços novamente e que estavam sendo acolhidos, disse que estão buscando, juntamente ao Polo Sul, formas de terceirizar os profissionais que estariam na farmácia cidadão para não acontecer esses problemas, dessa forma, poderiam fazer o custeio por meio de recursos do Estado. Em relação a medicamentos, disse que tiveram muita dificuldade no ano anterior e que utilizaram o que tiveram disponível de saldo em Ata para comprar algumas coisas, afirmou que fizeram adesão ao SRP (Sistema de Registro de Preço) do Estado, que não era muito comum em Itapemirim, alegou que conseguiram comprar algumas coisas, mas tramitaram o processo, uma Ata, com 253 itens para licitar, pois as que antes tinham estariam em desacordo com o plano de trabalho e o plano financeiro, disse que o medicamento foi licitado, os contratos foram assinados e o problema no momento seria os débitos existentes com algumas empresas, relatou que estariam começando a pagar esses débitos para que assim abrissem caminho para poder pegar medicamentos para população. Comentou que teriam algumas coisas empenhada e liquidada em royalties, outras em recursos próprios de acordo com o orçamento do município e também em recurso federal do Ministério da Saúde, mesmo os recursos do Ministério da Saúde tendo um limite um pouco apertado, afirmou que conseguiram pagar quase 200 mil reais de medicamentos de em empresas com recursos do SUS (Sistema Único de Saúde), disse que acredita que nos próximos dias ganhariam fôlego para comprar os medicamentos que precisam a partir do dia 1 de junho de 2023. Falou que não estaria para negar dificuldade, mas para mostrar para o público o que de fato estaria acontecendo diante de um cenário complexo. Referente a situação do combustível e carro, comentado pelos vereadores, informou que fizeram uma nova licitação e que o contrato já estaria assinado, com documentações próprias e alegou que os cartões magnéticos já estariam sendo disponibilizados para entrar em funcionamento, disse ainda que não teriam mais autorização manual na Secretaria de Saúde, sendo essa, uma forma de gerenciamento de Frota que entende ser muito vantajoso para Itapemirim, trazendo um controle de consumo, de viagem e de monitoramento, auxiliando na economia e proporcionando um ajuste futuro. Relatou que os serviços que ficaram parado estariam vinculados ao Consórcio, criando uma dificuldade, informou que iriam restabelecer a parte básica, com as especialidades necessárias, e utilizando os outros recursos possíveis. Comentou que o encaminhamento entre as especialidades feito de forma manual teria acabado e que agora seria via sistema, sendo tudo regulado pelo estado, exemplificou com um caso que aconteceu, onde recebeu um pedido de uma cirurgia de joelho para ser feito no litoral sul, no qual o pedido médico era uma consulta cirúrgica de alta complexidade e que o paciente teve que voltar para trocar o pedido para média complexidade, pediu ajuda aos vereadores para orientar a população sempre quando forem procurados. Em relação aos veículos, disse que estariam com dificuldades e que teriam uma licitação de locação de veículos marcada para o início de junho de 2023. Afirmou que o município estaria passando por diversas dificuldades e que não seria segredo para ninguém, pediu ajuda com o transporte aos vereadores e explicou que não seria para usar os carros particulares e nem caro da Câmara, mas com a facilidade de contato com deputados e por estar em meio político, informou que existe várias emendas para corpo de veículo, e ajuda deles seria importante. Se colocou à disposição da Câmara para o que precisarem e disse que o intuito não seria colocar a responsabilidade em cima dos vereadores, mas um pedido de contribuição com a força política que eles têm. Relatou que estariam em busca de recursos junto ao InvestSUS,



que segundo a portaria 544 publicada no dia 22 de maio de 2023, cadastrando proposta para compras de veículos, principalmente transporte sanitário, como, micro-ônibus, van e também carro pequeno. Comentou que recebeu uma notícia que o Consórcio estaria terminando de fechar o mês de janeiro e que no próximo dia assinaria e mandaria para o consórcio pagar, e que já estariam começando a fechar o mês de fevereiro para assim iniciar o mês de março, disse que são notícias importantes, e que até o final do mês de maio/2023 seu plano seria de fechar as três situações, informou que era o que tinha para dizer e acredita que não deixou nada pendente, se colocou à disposição para qualquer questionamento adicional. **Vereador Antônio Carlos Helvécio:** Cumprimentou a todos, agradeceu a presença do secretário Joseli, fez alguns questionamentos ao mesmo, sendo uma das perguntas referente ao motivo da demora de chamar os agentes de endemias e de saúde, perguntou também, se eles ainda teriam esperança de serem chamados. **Secretário de Saúde Joseli José Marquezini:** Comentou que teriam realizado o processo seletivo, apesar de ter sido colocado algumas especialidades além, o processo teria sido considerado inoportuno e sobre alegação de que o não poderia ser tramitado por contraindicações referente as vagas, contraindicações de um concurso público que as pessoas não teriam sido chamadas, entre outras restrições, o que levou autorizar somente os médicos, enfermeiros, dentistas e agentes de saúde da ESF (Estratégia Saúde da Família) e os agentes de endemias, explicou que nesse meio tempo o Sindicato dos Servidores de Vitória e os próprios servidores entraram na justiça do trabalho solicitando reinvidicação de reintegração referente ao processo seletivo que venceu em 26 de janeiro de 2023, sobre alegação de que teriam feito um processo seletivo público, o que na verdade teria sido um processo seletivo simplificado de título, justificou dizendo que para ser um processo seletivo público teria que ser realizado prova e título ou somente a prova, porém o Sindicato acatou a proposta e entrou na justiça, fazendo com que o processo fosse para a justiça do trabalho. Relatou que em reunião com o Sindicato foi sugerido pelo mesmo de que não fosse divulgado o resultado do seletivo e que fosse aguardado a decisão da justiça, disse que a posição do prefeito Dr. Antônio Rocha foi bastante clara durante a reunião, onde pediu para que acatassem o que a justiça definisse. Informou que ele não sabe qual seria o final do processo, por ser uma decisão da justiça, mas que estariam aguardando, pois no momento não seriam eles que estariam resolvendo a situação. **Vereador Antônio Carlos Helvécio:** Disse que no final da fala do secretário, ele teria falado algo, mas não conseguiu entender muito bem, comentou que o vereador Erasto e Júlio César teriam ido em Anchieta na base do Consórcio, alegou que o assunto já teria sido abordado em sessões anteriores, mas voltou a explicar que nessa visita, os vereadores foram surpreendidos com o Consórcio dizendo que Itapemirim não estaria devendo nada ao Consórcio, porque as notas de produção não teriam sido emitidas, dessa forma, eles não estariam fazendo o repasse aos profissionais, em seguida, perguntou ao secretário se poderia informar a data que essas produções seriam emitidas, para que a prefeitura pudesse pagar, assim como foi feito um repasse de aproximadamente R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), pois aqueles funcionários que estariam trabalhando precisam receber. **Secretário de Saúde Joseli José Marquezini:** Concordou com o vereador, disse que deveria entender como funcionaria o fluxo, explicou que o município contrata o Consórcio, o Consórcio contrata a empresa e a empresa contrata os prestadores, o executivo repassa os recursos para o Consórcio, depois emitem as faturas e encaminham para o Consórcio para ser processado, logo, pagam as empresas para que elas efetuem o pagamento dos prestadores, informou que a prefeitura estava com dívida em 2022 e o Consórcio não teria aberto cota para poder fazer o faturamento, com isso, não tiveram como emitir o check-in, que seria o



comprovante que a pessoa iria receber, e para não ficar parado o serviço, informou que emitiram autorizações provisórias e que no momento estariam processando essas faturas dos serviços prestados para encaminharem ao Consórcio, mas como o depósito teria sido feito no dia 17 de maio de 2023, dois dias após alegou que teriam ficado sem internet, fazendo com que começassem a processar a partir do dia 22 de maio em diante, disse que tudo estaria sendo definido, trabalhado, com equipe redobrada para que pudessem fechar os três meses de atraso até o dia 31 de maio de 2023. **Vereador Júlio César Ferreira de Magalhães:** Cumprimentou a todos, disse que fica feliz, pois o secretário Joseli sempre está à disposição quando é convocado, disse que iria fazer alguns questionamentos ao secretário, mas que não queria ser indelicado, pois teria muito respeito pelo mesmo, em seguida, comentou que foi falado pelo secretário que estaria sendo cortado algumas especialidades da atenção primária por não ter dado muito resultado na questão dos indicadores, disse ter entendido o posicionamento do secretário, como gestor da pasta, ele saberia o que acrescentaria melhor ou não, mas sabe que os indicadores fazem com que os recursos via Federal vem para o município, perguntou se foi uma questão que não ajudou muito, como que a prefeitura vai esperar o resultado dos indicadores do corrente ano, se os agentes de endemias e de saúde, responsáveis por estar pegando essas informações da população e ajudando nos indicadores, estariam a vários meses sem trabalhar, informou que os indicadores de 2023 seria os piores que já passaram e quando escutou a explicação do motivo pelo qual esses profissionais ainda não foram chamados, opinou que em cima de toda situação ocorrida com o processo seletivo a prefeitura teria “engolido mosca” e a administração pecou, pois ela poderia ter entrado com uma liminar para derrubar qualquer situação que embargou a convocação, pois os prejudicados disso foram as pessoas. Muitas vezes vê pessoas entrarem com liminar por coisas bobas, mas em uma coisa séria como a necessidade desses profissionais, cruzaram os braços e aceitaram tranquilamente esse impedimento, disse não querer acreditar, mas entende que o corte de contingente de despesas estaria vendo isso com bons olhares, pois não iriam ter gastos, ainda mais no momento que teriam a obrigação de economizar aproximadamente R\$ 1.000.000,00 ( um milhão de reais) na área da saúde, mas não vê a administração cortar nenhum cargo comissionado, disse que o secretário iria ser penalizado por uma pasta séria, tendo a obrigação de fazer um corte, informou que cortando despesas da saúde iria doer de alguma forma, mas a administração não teria conseguido cortar cargos comissionados que nem estaria tendo trabalho para as pessoas. Comentou que quando o secretário falou sobre a situação do Hospital, pedindo aos vereadores que conseguissem emendas parlamentares, disse que o secretário teria deixado claro e enfatizou que a prefeitura custeava a Hemodiálise e a UTI e que isso não seria mais obrigação do município, mas do Estado, mas opinou dizendo que já teria passado da hora de Dr. Antônio Rocha conversar com o amigo dele Casa Grande, para que ele sustentasse os custos do governo, e assim, a prefeitura poder economizar quase R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) por mês de repasse, dessa forma, disse não querer ser indelicado com o secretário, mas declarou desânimo ao ouvir o secretário dizer que as contas e quem paga não seria decisão dele, relatou que no início do ano corrente, quando foi aprovado o PPA, teria dito que mais uma vez “Ctrl C + Ctrl V” teria entrado na administração, que copiou um orçamento anterior, mas não deixar o gestor da pasta decidir os planos, confessou que se deixassem o secretário Joseli administrar, dando condições, as coisas não estariam nessa situação. Pediu desculpas por parecer indelicado e disse achar que o secretário foi colocado muitas vezes para ganhar pancada, por ser bom nas justificativas, mas percebeu que ele seria para segurar os pepinos, mas não seria o responsável, discordou quando foi falado que quem decide





pagamento seria o secretário de finanças, mas sim quem decide o pagamento ou não seria Dr. Antônio Rocha, e como médico deveria ter tomar essa decisão junto ao secretário de saúde a muito tempo, não deixando faltar serviços de saúde para o município. Alegou que se fosse ele o secretário de saúde, no qual não pudesse liquidar, pagar aquilo que administra nem ficaria, questionou como Joseli conseguiria permanecer nessa situação, pois as pessoas tem o secretário de saúde como alvo dos problemas de não funcionamento e em conversas anteriores, Joseli já teria demonstrado indignação diante do quadro, de não ter autoridade 100% de decidir as condutas, mas que mesmo assim permaneceu nessa situação, no lugar do secretário, deixaria claro que ou ele decidia as coisas ou não ficaria, pois dessa forma, estaria pagando um preço que não era dele. **Secretário de Saúde Joseli José Marquezini:** Concordou, em parte, com a fala do vereador Júlio César, disse que a dificuldade de decidir e gerenciar, somente quando mexe com pessoas seria diferente, comentou que a saúde não seria uma pasta fácil, principalmente, no município de Itapemirim. Alegou que não queria menosprezar ninguém, mas confessou que ainda permaneceu no cargo por acreditar que poderia mudar a situação, mas para isso estariam trabalhando em uma mudança de postura, de planejamento e de ações, afirmou que não conseguiria agradar a todos assim como Cristo não conseguiu, em tom de brincadeira, pegou a fala, da sessão anterior, do vereador João Bechara, onde dizia que o secretário estaria pilotando uma tartaruga, disse ter levado a fala na brincadeira, mas discordou da fala e afirmou que estaria pilotando uma carreta de 440 cavalos, carregada com uma estrutura monstro instituída no município, com um motor que não estaria rendendo o que poderia, tendo que diminuir a velocidade e o peso, essa seria a tradução pegando a fala do vereador João Bechara, acrescentou dizendo que a estrutura da saúde não foi criada por ele e nem pela atual gestão e acredita que muitos conviveram com essa situação. **Vereador Presidente Paulo Sérgio de Toledo Costa:** Pede para que todos respondessem ou perguntas de forma mais objetiva por conta do tempo. **Vereador Renildo Nascimento Peçanha:** Cumprimentou a todos e agradeceu a presença do secretário Joseli, com todo respeito ao secretário, discordou de algumas falas do mesmo, disse que acredita que a realidade de alguns lugares por onde o secretário poderia ter passado não seria a mesma que a de Itapemirim. Citou a fala sobre os médicos especialistas, no qual os mesmos atenderiam no Centro de Especialização, informou ao secretário que as Unidades de Saúde não funcionariam com um médico clínico geral para inserir no sistema da regulamentação do município e ter que esperar o Estado marcar uma consulta, pois o sistema não seria tão rápido como gostaria que fosse, exemplificou perguntando ao secretário se ele sabia como funcionava a Saúde do Pescador, logo em seguida, explicou que os pescadores não tinham o tempo hábito para ir ao clínico geral, esperar ir para regulamentação para a consulta ser agendada com um especialista, pois seria um processo demorado, dessa forma, disse que deveriam pensar na população e que mesmo se os recursos estejam entrando, com a saúde não deveria economizar, mas entregar com qualidade os serviços, afirmou que a saúde estaria "off" no município e que a população não estaria conseguindo especialistas e que no momento, no município, teriam poucos atuando. Relatou um caso de um paciente atendido na Safra, que teria sua consulta agendada com especialista no Mãe Bilu, questionou o secretário se o paciente teria um meio de locomoção para ir a consulta e informou que já teria ajudado paciente da mesma localidade com dinheiro para poder pagar passagem, indagou se não faltaria um pouco de consciência para tentar colocar alguns especialistas nas unidades, afirmou que a lei permite, e opinou que a regulamentação e arrecadação deveria ser feita a cobrança no hospital, no qual a taxa de natalidade é quase 70% de pessoas fora do município e perguntou se estariam



recebendo por esses partos, pois só quem faria o repasse seria o município. Enfatizou que nessa situação que a saúde se encontra não deveriam economizar, citou a fala do secretário sobre o cartão para a gasolina, mas sem carro para gerenciar não adiantaria nada, informou que teria paciente fazendo quimioterapia e com a falta de carro ele mesmo levou o paciente com seu carro próprio, afirmou que não estaria fazendo por política, mas por humanidade e que veio para o lado político para fazer a diferença e tentar consertar da melhor forma, sem precisar economizar na educação ou na saúde, mas dando qualidade de vida para a população, principalmente para aqueles mais necessitados, como, pessoas que não tem dinheiro para comprar um medicamento, que não tem meios de locomoção, com isso, deveriam tentar um meio de ajudá-los e não criar dificuldades, pediu desculpas ao secretário, e disse ainda que concorda com a adesão de Ata, mas sabendo que o contrato estaria próximo de vencer deveriam mexer no processo meses antes para não faltar serviço. Disse que espera que Dr. Antônio Rocha esteja ouvindo e que a população seja atendida da melhor forma, relatou que a culpa não foi só do atual prefeito, Dr. Antônio, mas do vereador José de Oliveira Lima, que teve responsabilidades, no qual foi gestor por 3 meses, do ex-prefeito Thiago Peçanha e Dr. Luciano Paiva, e como consequência quem sofre seria a população e não seria com o cortes falado pelo secretário que iriam conseguir consertar o município, pois a realidade de Itapemirim não seria a mesma de outros lugares, comentou que um paciente estaria com uma hérnia umbilical e não teria um clínico geral para atendê-lo, pediu para que o secretário pensasse com carinho, declarou que Joseli seria um excelente técnico, mas que ele precisaria ser dinâmico. Finalizou perguntando ao secretário se o contrato do Consórcio foi assinado em março os funcionários ficariam sem receber. **Secretário de Saúde Joseli José Marquezini:** Respondeu que se o contrato foi assinado e estaria considerado como retroativo ninguém ficaria sem receber. Pediu para responder uma situação especifica falado pelo vereador Renildo, em relação ao Hospital Menino Jesus, disse que os municípios que usam a estrutura do hospital teriam convênio com a secretaria da saúde e o município rebe pelas internações e cirurgias eletivas feitas, e em relação aos agentes comunitários de saúde e de endemias, disse que são profissionais de extrema necessidade, mas o poder de decisão fugiu das mãos dele e por ele, convocariam todos o no dia seguinte. Comentou também que os custos e leis serviriam para qualquer lugar e que não faria algo que estaria em desacordo com a lei por uma razão que ele queira, e referente a questão de ordem das especialidades, informou que muitos profissionais que teriam trabalhado pelo Consórcio, não inseriram no sistema encaminhamentos para outros profissionais, fazendo com que o paciente tivesse que retornar, por não ser computado na Atenção Primária, alegou que a Pesca não seria uma Unidade de Saúde da Secretaria de Saúde, tendo um tratamento diferenciado, afirmou que precisaria finalizar a questão do Consórcio para poder recontratar os especialista. **Vereador Alcione de Amorim Gomes:** Cumprimentou a todos, falou sobre a Unidade de Saúde do Retiro na comunidade de Palmital, onde estaria sem médico e sem pediatra a bastante tempo, alegou que a população estaria sofrendo, pois mais de 12 comunidades usavam a Unidade para se consultar, Disse que como vereador, ele e o vereador José de Oliveira Lima, que também é da mesma localidade, eram cobrados pela população, comentou que antes o problema era a dificuldade de marcar consulta, fazendo com que as pessoas madrugassem na porta das Unidades, e hoje não teriam nem como se consultar. Pediu para que pudessem colocar um médico na Unidade, pois teriam pessoas necessitando de atendimento médico. **Secretário de Saúde Joseli José Marquezini:** Respondeu ao vereador Alcione dizendo que a situação da falta de médico clínico geral na Unidade de retiro já teria sido resolvida e que na próxima semana já estaria atuando um médico, enfermeiro e um



dentista que também estava em falta, pois o enfermeiro que estaria atuando seria do Consórcio. **Vereador Presidente Paulo Sérgio de Toledo Costa:** Comentou que gostaria de fazer algumas perguntas, mas que cederia uma delas ao Wederson, presente no plenário, e que logo em seguida faria as suas perguntas. **Wederson:** Informou que o pai dele teria sofrido um AVC no ano anterior e que devido a situação de saúde do pai, por ser acamado, estaria necessitando dos serviços das Agentes Comunitárias de Saúde, pois sem os recursos e sem condições para conseguir meios de locomoção para levar o pai ao médico seria uma situação complicada, vendo a realidade do município, concordou com o fato da Saúde e da Educação ser prioridade, e como o secretário Joseli teria um cargo de alta relevância ele deveria se impor e não deixar que alguém fale o que ele não pode fazer, disse que se o secretário não tomar atitude as coisas não iriam funcionar, alegou que não entende muito de política e que seria sua primeira vez participando de uma sessão, mas se sentiu na obrigação de falar sobre essa situação, pois fazendo parte da sociedade e passando pela situação, estaria se sentindo muito lesado e afirmou que não seria o único que pensaria dessa forma. **Vereador João Bechara Neto:** Cumprimentou a todos, disse que faria uma pergunta em cima da fala do secretário Joseli referente a reestruturação da ESF, disse que na Atenção Primária teria um diretor geral e na Secundária um superintendente, alegou que a intenção do secretário de reestruturar a ESF seria válida, mas questionou a Joseli se ele teria pessoas técnicas, capacitadas, qualificadas para reestruturação ou colocariam pessoas amadoras colocadas por meras indicações políticas. **Secretário de Saúde Joseli José Marquezini:** Alegou que a equipe teria limitações e dificuldades, pois não teria escolhido uma equipe e que estaria trabalhando com pessoas que foram colocadas a disposição, mas que teriam situações sendo superadas e que outras mais seriam superadas com mudanças na base, pois os problemas estariam na Atenção Primária. Se direcionou ao vereador Renildo e disse que conhecem as pessoas e sabe trabalhar com elas e que Itapemirim não seria diferente de outros lugares, pois existem pessoas com necessidades e dificuldades em todo lugar. Enfatizou que precisaria reestruturar a atenção básica para que menos pessoas cheguem na Atenção Secundária e ter resolutividade. **Renildo Nascimento Peçanha:** Respondeu ao secretário de que as pessoas são iguais em todos os municípios, mas reforçou a fala que disse, afirmando que a realidade de onde o secretário veio seria diferente da realidade do município de Itapemirim. **Vereador Presidente Paulo Sérgio de Toledo Costa:** De acordo com a resposta do secretário Joseli dada a pergunta do vereador João Bechara, questionou se a equipe escolhida não estaria totalmente preparada. **Secretário de Saúde Joseli José Marquezini:** Negou o despreparo, mas afirmou que a equipe teria algumas dificuldades. **Vereador João Bechara Neto:** Informou que teria feito a pergunta por ter observado que dentro da Secretaria de Saúde teriam pessoas que não tem conhecimento de gestão em saúde dando ordem para pessoas qualificadas no assunto e essa situação seria um “tapa na cara” para aquelas pessoas qualificadas e preparadas, pois reestruturar uma ESF com pessoas amadoras seria difícil. Questionou sobre o transporte da saúde, disse que as locadoras de veículos recolheram os veículos, por terem débitos a pagar e como o secretário havia falado, no patrimônio da saúde teria apenas cinco veículos, que no caso não conseguiria atender a demanda do município, comentou que vinham sucateando os veículos do patrimônio há algum tempo atrás propositalmente para colocarem locadoras de carro e desviar dinheiro público, percebeu que todos fazem vista grossa e não querem enxergar essa situação, dessa forma, a população quem paga o preço por não conseguir um carro. Relatou que estaria com um paciente pós cirúrgico para retirada de ponto tendo que entrar em um micro-ônibus, trazendo danos ao local da cirurgia. Acrescentou sobre a questão do combustível, disse



que teria sido uma conquista contratar uma empresa para gerenciar os cartões magnéticos para combustível, pois era um caso de desvio de dinheiro no município tempos atrás, e que isso seria um ponto positivo, mas em contrapartida não teria veículo suficiente para transportar os pacientes e que teria que ser resolvido. **Secretário de Saúde Joseli José Marquezini:** Informou que acredita que nos próximos dias as licitações de veículos seriam resolvidas, conseguindo atender as demandas do município, alegou que não queria que a população fosse mal atendida, mas as circunstâncias levaram a essa situação e não foi por estarem de olhos fechados diante da realidade. Comentou que o jovem Wederson teria feito uma abordagem interessante em questão de pacientes acamados, disse que no município existem inúmeras pessoas nessa mesma situação, que dependendo de serviços de saúde domiciliares, com isso, uma das propostas para solucionar esse problema seria disponibilizar em cada equipe de ESF, que seriam no total de 10 equipes, um fisioterapeuta para estar realizando fisioterapia domiciliar para esses pacientes. **Vereador João Bechara Neto:** Com relação aos cortes na oferta de especialidades, declarou ser contra, disse que o município não deveria depender somente do Estado e do sistema, pois depois da criação da informatização de sistema de marcação de consultas, a população teve dificuldades de acesso a saúde e que isso só teria sido feito exclusivamente para dar dinheiro as empresas de sistema de informação, disse que iria buscar informações sobre o valor que custaria para uma empresa gerenciar esse sistema no Estado, comentou que sente saudades da época que as consultas eram marcadas por telefones e a população tinha acesso direto. **Secretário de Saúde Joseli José Marquezini:** Disse que a situação comentada pelo vereador João Bechara não seria uma diretriz escolhida por ele ou pela prefeitura, mas pelo Estado, e que essa política teria sido plantada desde o ano de 2019, da mesma forma que quem regula o acesso ao Hospital litoral Sul e ao Samu seria o Estado, exemplificou dizendo que em um caso de acidente onde uma pessoa tenha que contatar o Samu, sem fazer o contato com a regulação, não conseguiria ser atendida, dessa forma, ele como gestor não teria muito o que fazer. **Renildo Nascimento Peçanha:** Citou uma das falas do secretário Joseli, onde dizia sobre 10 equipes de ESF, contendo 1 médico em cada, questionou se essa quantidade de equipe no município seria suficiente. **Secretário de Saúde Joseli José Marquezini:** Comentou que equipes credenciadas tinham 7 e credenciaram mais 4 equipes, de forma que algumas unidades maiores teriam 2 equipes, que seria o caso dos distritos de Itaoca, Itaipava e Maria da Penha, outros credenciamentos estariam utilizando para a localidade do Gomes e Frade, no qual não tinham equipe de ESF, disse que teriam outros Unidades que seriam UBS, citou Santo Amaro, Bom Será, Brejo Grande do Norte e do Sul, Rio Muquí e Córrego do Ouro, e o restante seriam todas ESF, informou que estariam tentando colocar ESF em todas Unidades, mas relatou que 2 médicos que teriam convocado não compareceram, tendo que realizar a convocação de novos médicos para esses lugares. **Vereador Presidente Paulo Sérgio de Toledo Costa:** Relembrou uma das falas iniciais do secretário, sobre a questão financeira do município e a falta de recursos, disse que não podem admitir que o município use isso como desculpa mais uma vez, informou que nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril arrecadaram R\$ 128.250.000,00 (cento e vinte oito milhões e duzentos e cinquenta mil reais), sendo o segundo município em per capita, perdendo apenas para Presidente Kennedy, entende então, que Itapemirim seria o segundo município do Estado do Espírito Santo com a melhor renda per capita e o décimo terceiro município com arrecadação Estadual, com essas evidências, não podem falar que o município estaria em falta de recurso, pois falar isso em nível Estadual seria vergonhoso. Citou alguns serviços de saúde em falta no município, como, medicamentos, pediatras,





ginecologistas, e alegou que as gestantes não estariam conseguindo concluir o pré-natal, e que muitas vezes tendo que se locomoverem para longe para conseguir realizar as consultas, relatou também que estaria faltando material para curativo e que os próprios servidores estariam comprando esses materiais. Falou que alguns funcionários no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde que foram demitidos em dezembro de 2022 e até o momento estariam relacionados no sistema, dessa forma, os indicadores do município caíam e os recursos não viriam, pois segundo o sistema, apenas 31% das gestantes estariam sendo atendida, o índice de hipertensão estaria em 16% e o de diabetes em 17%, concluindo que a saúde de Itapemirim estaria em calamidade pública e que não seria por falta de dinheiro. Agradeceu a presença do secretário de saúde Joseli, mas disse que a Casa de Leis não pode mais fazer vista grossa e deixar que a população não seja atendida adequadamente pelos especialistas necessários, e tendo em conta que o município receberia ainda esse ano R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) de arrecadação não justificaria faltar o básico na saúde, com todo respeito ao secretário, disse que a gestão da saúde em Itapemirim teria que melhorar, pois se não houver melhora, a Casa de Leis teria que tomar providências. Após cedeu alguns minutos ao secretário para as considerações finais. **Secretário de Saúde Joseli José Marquezini:** Agradeceu a todos da Casa de Leis, disse ser importante um debate e que acabaria engrandecendo e trazendo uma nova visão para todos, agradeceu também ao vereador presidente Paulo Sérgio pela informação financeira, alegou que algumas vezes as informações não chegam da maneira que deveria, disse que o cargo de secretário não seria permanente e alegou que esteve presente por um compromisso com o prefeito para entender que seria possível fazer um trabalho que atenda a perspectiva da população, afirmou que não estaria onde está por cargo ou dinheiro, pois não precisava, mas que saberia o que estaria fazendo e que se caso o prefeito queira colocar outra pessoa no lugar e não ligaria pela amizade que tem com o prefeito Dr. Antônio. Após, deu início ao **Pequeno Expediente. Vereador João Bechara Netto:** Relatou que teria um assunto, referente a captação de recursos, que estaria incomodando, disse que o município teria nos quadros funcionais uma servidora capacitada e qualificada, para não deixar o município perder os recursos estaduais e federais, alegou que teriam deixado essa servidora de escanteio e resolveram transportar uma outra pessoa de Cachoeiro de Itapemirim, citou o nome da servidora, sendo Karen Camata, vinda do Gabinete do Vitor Coelho para ocupar o cargo, pediu ao vereador presidente que enviasse um Ofício ao secretário de municipal de obras e urbanismo questionando se durante o tempo que a servidora estaria nomeada no município, no qual o salário e o ticket dela não seria menos do que R\$ 6.000,00 (seis mil reais), o quanto de recurso ela teria conseguido captar via estadual e federal no período em que esteve no município, e se estaria sendo captado ou perdendo recursos, pois teriam dessa informação para justificar o cargo e o motivo de ter trago alguém de fora de município. Comentou que na Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, teria um contrato feito com o Projeto Minas Consórcio, sendo um contrato anual no valor de R\$ 4.200.000,00 (quatro milhões e duzentos mil reais), alegou que aproximadamente trinta dias atrás a empresa contava apenas com três funcionários, questionou o motivo o valor do contrato ser alto para uma empresa com poucos funcionários e com 99% das obras paradas, sendo reiniciada apenas a obra da escola Elvira Meireles, pediu para que o vereador presidente adicionasse esse questionamento junto ao Ofício que mandaria ao secretário de obras, pois lidando com dinheiro público, a transparência deveria reinar em Itapemirim, e que a secretaria de obras estaria trabalhando para receber salário, mas os projetos para construção dizem que não tem recursos, disse que entende que devem priorizar a saúde e a educação, mas contratar um consórcio com esse valor e sem ter obra em



andamento seria estranho e precisariam de mais informações. **Vereador José de Oliveira Lima:** Cumprimentou a todos, confessou que estaria sentindo falta do vereador Lucimar no plenário. Confirmou que uma das falas do secretário teria despertado algumas coisas em relação ao passado, informou que durante 3 meses teria passado pela prefeitura, mas que achava que uma das coisas que funcionaria bem no município seria a saúde, comentou que o prefeito teria comentado que construiria 3 Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e que seria melhor do que país de primeiro mundo e hoje a maior decepção da administração estaria sendo a saúde e quem estaria sentindo seria a população. Sobre recursos, comentou que não seriam necessários as emendas dos vereadores, pois durante a eleição, no palco do prefeito tinha 7 deputados, e com isso, saberiam dos problemas que o município estaria enfrentando, mas alegou que o problema de Itapemirim não seria tanto os recursos, mas a falta de gestão, explicou que durante o momento eleitoral o município seria muito visado e que seria o segundo colégio eleitoral no sul do Estado, em situação econômica, seria o décimo terceiro, fazendo essa comparação, o que estaria faltando seria o gerenciamento. Disse que a saúde deveria ser priorizada, pois sem saúde as crianças não conseguiriam ir à escola, e sem educação afeta todo o município. Comentou que o vereador presidente Paulo Sérgio teria feito uma colocação verídica, onde a Casa estaria levando a culpa, parecendo que os vereadores não tomaram atitude, mas que eles tinham os seus papéis e isso não poderia ser invertido. Informou que o serviço público não seria de graça, só não seria particular, mas um serviço para todos e que estaria muito triste pelo abandono do município. Disse que não seria técnico em saúde, mas enquanto teria passado pela prefeitura, não deixou as farmácias básicas faltarem remédio. **Vereador Antônio Carlos Helvécio:** Cumprimentou a todos, agradeceu a presença do secretário Joseli, citou a fala do vereador Júlio César sobre a falta de autonomia do secretário na própria pasta, confessou que isso não seria algo novo e que já existiram prefeitos que mandavam na prefeitura e nas secretarias, disse que os prefeitos teriam que aprender a dar autonomia aos secretários para que possam trabalhar e não bagunçar, pois existiria também secretários que querem bagunçar a pasta. Comentou que em 90% das vezes a falta ou má funcionamento de uma secretaria seria uma culpa direta do Executivo, do prefeito, seja qualquer prefeito, exemplificou dizendo que seria como chegar em casa e querer que a esposa faça uma mesa para o almoço sem ter abastecido a dispensa, e assim seria como funcionaria a gestão, pois os secretários são questionados, mas sem abastecer a secretaria não teria como ofertar serviço para a população, e que a desculpa de dinheiro não bateria, pois R\$ 128.000.000,00 (cento e vinte oito milhões de reais) em noventa dias para 45 mil habitantes, pois isso seria mais de 1 milhão de reais para cada munícipe e com essa desculpa, estariam fazendo as pessoas e a Casa de otários. Em seguida, iniciou o **Grande Expediente**. **Vereador Erasto da Costa Rocha:** Cumprimentou a todos, alegou ser difícil lidar com pessoas que não querem trabalhar, disse que com orçamento de R\$ 128.000.000,00 em quatro meses daria em torno de R\$ 32.000.000,00 (trinta e dois milhões de reais) por mês e isso não seria pouco para um município que não estaria fazendo nada. Se direcionou ao secretário Joseli e declarou respeito, informou que as perguntas faladas seriam voltadas ao Executivo, em seguida, questionou a preocupação do prefeito Dr. Antônio Rocha ao caso das Agentes de Saúde que não teriam voltado, além de serem pessoas que necessitavam do emprego, seriam profissionais que dariam apoio a população, informou que não acredita que o município estaria passando por crise, pois o orçamento, já citado, seria muito para ofertar o básico, com isso, deveria sobrar dinheiro ao invés de faltar pelo trabalho que não estaria sendo feito, disse que teria umas quadras que o vento teria derrubado em Barbados, Córrego do Ouro, e que se estivessem trabalhando poderiam dizer,



questionou ao vereador Presidente Paulo Sérgio o que ele teria visto no Cras de Itaoca. **Vereador Presidente Paulo Sérgio de Toledo Costa:** Comentou que o vereador Erasto teria levado a Casa de leis uma demanda relacionada a algumas denúncias sobre a Cesta Básica, onde o mesmo teria pedido para verificar se tinham cestas guardadas no Cras e como estaria a validade e o estado de armazenamento. Informou que no início disse ao vereador Erasto que não precisaria ir ao Cras, pois acreditava que não teria cestas guardadas, após a insistência do vereador Erasto, alegou que teria ido com o vereador Júlio César e Lucimar no Cras de Itaoca, na denúncia dizia que teriam cestas sendo guardadas e outras distribuídas de uma forma que não estariam tendo o controle, quando chegaram ao local, alegou que foram bem atendidos e quando questionaram se teria cestas básicas eles afirmaram que tinham e abriram o depósito, comentou que não iria relatar sobre, mas como o vereador Erasto provocou teria que falar, após irem ao depósito, puderam ver aproximadamente 160 cestas básicas, sendo a validade de um dos produtos o vencimento após 15 dias, mediante a abordagem e a comprovação, foi solicitado a secretária que essas cestas fossem entregues as famílias com maior vulnerabilidade social imediatamente. Informou que esse teria sido o relatório da abordagem do Cras de Itaoca, informou que estaria ele e alguns vereadores no Cras de Garrafão no dia seguinte da presente sessão. **Vereador Erasto da Costa Rocha:** Declarou apoio ao presidente. Comentou que foi descoberto a pouco tempo essas cestas e quantas pessoas estariam precisando de emergência dessas cestas que não teriam sido entregues, deixando as pessoas prejudicadas, pois estariam segurando uma coisa que era do município. Alegou que não queria que fosse preciso fiscalizar, pois teria amigos do Cras, mas que não podem deixar de investigar. Comentou que dias atrás teria ocorrido uma manifestação na Graúna, onde teriam colocado fogo, e que essas cestas básicas fossem entregues teria sido evitado e se estariam precisando e se sentindo prejudicados seria favorável a eles. Pediu ao Executivo que tomasse providência nessas partes. Comentou sobre a empresa MGE, disse que teriam que negociar primeiro para depois colocar os funcionários e que estariam passando por essa situação e que teriam que entrar na justiça para poder ganhar seu salário. Disse que quem trabalha não deveria passar por uma humilhação. Agradeceu a presença de todos. **Vereador João Bechara Netto:** Disse que o assunto seria de interesse dos moradores do interior de Itapemirim, daquelas pessoas que teriam como rotina básica do seu dia a dia e que dependem de máquina e caminhão para fazer as tarefas e desenvolver melhor as atividades. Comentou que essas pessoas estariam se desdobrando para ter um maquinário, e que estaria ouvindo da prefeitura sobre a falta de combustível, uma falta que duraria pelo menos uns 15 dias, mas os homens do campo estariam ouvindo isso a meses. Informou que no início estavam tirando hora máquina, mas já teria aproximadamente uns seis meses que não tiravam, explicou que não justificaria tirar, pois para tirar, os produtores teriam que colocar o óleo e essa seria a realidade. Falou que teria uma questão que envolveria a agricultura do interior, informou que no interior não teria nenhuma máquina do patrimônio e relatou que cinco equipamentos do interior teriam ido para a secretaria de transporte meses atrás e não teria mais voltado, acredita que não voltará e que esses equipamentos poderiam entrar no levantamento para leilão, com isso, entende que teriam pessoas sucateando esses equipamentos propositalmente para colocar em leilão. Relembrou que teria acontecido um pequeno leilão em 2018 com R\$ 290.000,00 (duzentos e noventa mil reais) de arrecadação e que no ano de 2021 um outro teria acontecido, arrecadando R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) concluindo que, além desses dois leilões subsequentes haverá um outro leilão em menos de dois anos, comentou que algumas das informações que falam nos “bastidores” seria de que teria mais de R\$ 1 milhão para ser leiloado, confirmando que existem pessoas mal



intencionadas e despreocupadas com a manutenção dos equipamentos, pois se chega na secretaria de transporte com defeito e não houver o conserto, iria ficar uma demanda reprimida. Disse que meses atrás o município aderiu cinco Atas de empresas destintas, horas máquinas e horas caminhão, recebeu informações de que as empresas não queriam mais prestar serviços, pois a Ata estaria com seus valores desatualizados, comentou eu se as empresas não pediram iriam pedir a rescisão do contrato, e com isso, o interior não terá máquina nem do patrimônio e nem locada. Alegou que os as pessoas da Secretaria do Interior querem prestar serviço, mas não teriam equipamento, pois na equipe de governo teriam pessoas colocadas no lugar errado e que Dr. Antônio teria que enxergar para o município poder fluir. Relatou vergonha quando recebeu ligações de alguns amigos do Frade, informando que teria uma reunião com os agricultores para abordar sobre estratégias da agricultura para região e durante a reunião o secretário teria dito que não tinham dinheiro para a manutenção das máquinas, comentou que esse tipo de justificativa não aceitaria mais, pois a foi aprovado um orçamento de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) para a secretaria de agricultura. Diante dessa situação, alegou que requer uma tomada de decisão, principalmente na atual conjuntura, onde o Tribunal de Conta informou a Câmara sobre o limite de alerta, no qual o gasto pessoal, com folha de pagamento em Itapemirim teria atingido o limite de alerta e que o município já estaria ciente, dessa forma, o gestor teria que tomar medidas e solucionar os problemas, sem afetar o básico, concordou com a fala do presidente onde disse que teve frustração de receita, mas que não seria justificativa para deixar de fazer o que fosse básico, pois teria que estabelecer as prioridades. Informou que a maioria das secretarias, principalmente a de agricultura e a do interior, dependeriam da secretaria de transporte e se eles não ofertam recurso, essas secretarias só serviriam para pagar salário de funcionário e espera que essa realidade mude. **Vereador Presidente Paulo Sérgio de Toledo Costa:** Relatou a fala do vereador Erasto sobre a manifestação na Graúna, comentou que estaria em casa descansando e recebeu uma ligação de Erasto pedindo para que comparecesse no local da manifestação, informou que não teria ocorrido apenas por falta de cesta básica, mas o povo teria se reunido para reivindicar os direitos deles, pois além das cestas básicas, faltavam médicos na Unidade de Saúde, farmácia básica fechada na Unidade e outros serviços básicos. Disse que além do vereador Erasto, estavam presentes no local também o tenente do Corpo de Bombeiro, o comandante da Polícia Civil e o presidente da Associação de Moradores, para que pudessem entrar em acordo para encerrar a manifestação, fazendo um abaixo assinado, e em seguida protocolaria no Executivo, na Câmara e no Ministério Público, informou que enquanto estava tentando resolver a situação, um servidor do Executivo Municipal da Assistência Social, estaria compartilhando Fake News dizendo que o ele estaria colocando fogo em Graúna, mas o tal servidor não sabia que o número dele ficou registrado e informou ao servidor que compartilhar Fake News seria crime e que ele poderia responder por essa atitude, disse que ao invés de usar o seu cargo para ajudar a resolver a situação preferiu se acovardar e compartilhar mentiras. Relatou que ele, juntamente com as demais autoridades presentes, tomou a decisão de encerrar a manifestação e que o abaixo assinado seria protocolado e se não tomarem atitudes para resolver os serviços básicos, a população avisou que seria feito novamente uma manifestação, orientou a população a fazer uma manifestação pacífica. Disse que o secretário de saúde Joseli teria falado sobre as emendas parlamentares, relatou que dias atrás precisou tirar uma certidão negativa da Câmara Municipal de Itapemirim e por curiosidade teria tentado tirar uma certidão negativa do Executivo Municipal de Itapemirim, comentou que foi negado e não conseguiu tirar, após, afirmou que enviaria um requerimento ao Executivo Municipal para que enviassem para Câmara as certidões





negativas relacionadas aos créditos tributários federais, dívida ativa da união, débitos estaduais, regularidade do FGTS, débitos trabalhistas e de tributos mobiliários, e se caso não conseguissem enviar as certidões negativas, encaminhassem uma justificativa, explicou que faria isso, pois um jovem militante do partido teria protocolado na Secretaria de Obras três emendas parlamentares do Senador Contarato, as três emendas totalizam aproximadamente um valor de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), informou que ligou para Karen relatando a situação e enviou as emendas, segundo a Karen já teria cadastrado as emendas, mas que não teria chegado e que acredita que nem chegaria, comentou que alguns deputados e senadores buscam afinidade com os vereadores oferecendo ajuda, mas com a certidão negativa de Itapemirim impossibilitada de tirar eles não viriam. Referente a Farmácia Cidadã do município, demonstrou preocupação e alegou que não teria informações comprovadas por documentações, mas disse que se não se engana, o estado envia ao município um custeio da Farmácia Cidadã um valor de R\$ 28.000,00 (trinta e oito mil reais) por mês, disse que iria protocolar um requerimento para custear serviços, como, impressões, manutenção do local e o pagamento das pessoas que trabalham no local, entende que não daria para custear tudo, mas seria uma parceria com o município para custear parte dos serviços, pois não justifica a Farmácia Cidadã ser fechada no município, pois seria necessário para a população, pois com a sua falta, os moradores teriam que se locomover para outros municípios para poder pegar. Pediu para o secretário Joseli não deixar que Itapemirim perca a Farmácia do cidadão e não deixar as farmácias das Unidades de Saúde fechadas. Após, pediu autorização dos vereadores para prorrogação da sessão por mais 30 minutos, tendo sido aprovado, em seguida, iniciou a **Ordem do Dia: Projeto de Lei Nº 17/2023. Ementa:** Dispõe sobre a criação do Núcleo de Inteligência, Contraineligência, Planejamento e Estatística, da Guarda Civil municipal de Itapemirim – NICOPES/GCMI e dá outras providências. **Autoria: Poder Executivo Municipal.** Dado publicidade no dia 03 de maio de 2023, após foi encaminhado para pareceres jurídicos e da Comissão Colejur, emitindo pareceres favoráveis, Projeto foi pautado para segunda discussão e votação, tendo sido aprovado. **Projeto de Lei Nº 18/2023. Ementa:** Dá denominação de rua “Maria Magalhães Benevides”, em Itaoca, neste município. **Autoria: Júlio César Ferreira de Magalhães.** Dado publicidade no dia 03 de maio de 2023, após foi encaminhado para pareceres jurídicos e da Comissão Colejur, emitindo pareceres favoráveis. Projeto foi pautado para segunda discussão e votação. **Vereador Júlio César Ferreira de Magalhães:** Informou para os demais, que a mulher homenageada seria avó da esposa dele, disse que em vida dona Maria foi uma mulher muito boa e que muitos talvez não conheciam ela, mas que poderiam conhecer o filho dela, apelidado de Ati, onde o mesmo andava com saco nas costas catando latinha, relatou que ele teria falecido a quase 1 ano depois dona Maria teria falecido, comentou que na rua onde ela morava todas as vezes que passava por lá poderia ver ela, e não poderia ter nome melhor por ser sua cara. Pediu apoio dos Nobres Edis para que pudesse homenagear. Projeto continuou em segunda discussão e votação, tendo sido aprovado. **Projeto de Lei Nº 20/2023. Ementa:** Dá denominação de rua “Ailton Batista” na localidade de Campo Acima, neste município. **Autoria: Estevão Silva Machado.** Dado publicidade no dia 10 de maio de 2023, após foi encaminhado para pareceres jurídicos e da Comissão Colejur, emitindo pareceres favoráveis. Projeto foi pautado para primeira discussão e votação. **Vereador Estevão Silva Machado:** Informou que o senhor Ailton Batista foi um dos patriarcas da comunidade de Campo Acima, em vida foi um cidadão humilde e pai de uma grande família, dedicando sua vida a comunidade. Disse que se sentiria honrado em atender o pedido da família em denominar a rua onde morava o senhor Ailton. Pediu aos Nobres Edis que acompanhasse essa homenagem.



Projeto continuou em primeira discussão e votação, tendo sido aprovado em primeira votação. **Projeto de Lei Nº21/2023. Ementa:** Dá denominação de rua “Izamith Marvila Cassimiro”, em Campo Acima, neste município. **Autoria: Estevão Silva Machado.** Dado publicidade no dia 10 de maio de 2023, após foi encaminhado para pareceres jurídicos e da Comissão Colejur, emitindo pareceres favoráveis. Projeto foi pautado para primeira discussão e votação. **Vereador Estevão Silva Machado:** Comentou que quase todos conheceram Izamith, foi um comerciante, lutador e batalhador, morador da comunidade de Campo Acima, informou que ele abriu um supermercado na comunidade que veio a crescer, e conseguiu mostrar que com humildade e trabalho honesto alguém poderia crescer na vida, relatou que ele teria passado por problemas financeiros, onde teria que recomeçar tudo do zero e alegou que independente dos problemas financeiros, admirava como ele tinha dignidade e ombridade de recomeçar novamente, como motorista de aplicativo, com isso, foi um cidadão exemplar na comunidade e se sentiria honrado em homenageá-lo. Pediu apoio dos vereadores. Projeto continuou em primeira discussão e votação, tendo sido aprovado. **Projeto de Lei Nº 22/2023. Ementa:** Dá denominação de rua “Valdinei dos Santos (Babal)” na localidade de Campo Acima, neste município. **Autoria: Estevão Silva Machado.** Dado publicidade no dia 17 de maio de 2023, após foi encaminhado para pareceres jurídicos e da Comissão Colejur, emitindo pareceres favoráveis. Projeto foi pautado para primeira discussão e votação. **Vereador Estevão Silva Machado:** Disse que assim como os demais homenageados, o senhor Valdinei, foi como um pai para ele, era um homem sonhador e que gostava de dar conselhos e ajudou a construir o campo de futebol da comunidade de Campo Acima, deixando um grande legado para todos e seria justo a comunidade ter uma das ruas com o nome do senhor Valdinei, pediu mais uma vez ajuda aos Nobres Edis. Projeto continuou em primeira discussão e votação, tendo sido aprovado. Após, o servidor Kassio informou que estaria fazendo 1 ano após o falecimento do pai e que um dia depois da morte do pai os Nobres Edis teriam feito uma moção de pesar e agradeceu a todos e declarou ser uma honra 1 ano depois poder trabalhar com os senhores vereadores. **Vereador Presidente Paulo Sérgio de Toledo Costa:** Informou que estaria marcado a inauguração do campo de grama sintética no Brejo Grande do Sul, foi uma obra de grande importância ao município e que foi informado por um dos funcionários da empresa que a obra não teria sido paga, sendo num valor de R\$ 293.000,00 (duzentos e noventa e três mil reais), informou que a empresa não iria deixar ocorrer a inauguração e orientou ao Executivo Municipal que verificasse a situação e realizasse o pagamento. **Vereador Antônio Carlos Helvécio:** Em relação a próxima sessão, informou que teria convidado o senhor Edson da MGE para presença em plenário, mas como decidiram fazer uma reunião com o prefeito, pediu para que chamasse o Edson para a reunião e retirasse o convite feito para estar em tribuna. **Vereador João Bechara Netto:** Disse que também teria recebido a informação sobre o campo de Brejo Grande do Sul, onde o empreiteiro informou que na gestão de Dr. Antônio não teriam recebido nenhum centavo e disse ainda que com essa situação teria vergonha de pisar na inauguração, pois já foi cobrado demais por ele, opinou que seria melhor cancelar a inauguração, pagar e assim ficaria um papel mais bonito. **Vereador Erasto da Costa Rocha:** Declarou vergonha perante a situação, disse que teria tempo que a comunidade esperava pelo campo, informou que o terreno foi comprado na Gestão da ex-prefeita Norma e pago no dia 28 de dezembro de 2012 e desde então vem arrastando até o momento para chegar a hora de inaugurar e não ter feito o pagamento, alegou estar muito decepcionado, disse que foi bom o presidente levar essa informação pois ele não estaria sabendo. Relatou que o posto de Brejo Grande do Sul apesar de estar funcionando, também não foi inaugurado, pediu ao Executivo que resolvesse essa situação antes de inaugurar e evitar mais



vergonhas. **Vereador Presidente Paulo Sérgio de Toledo Costa:** Reforçou o apelo dos vereadores. Em seguida, finalizou agradecendo a equipe de apoio, a presença de todos e não havendo mais a ser tratado, declarou em nome de Deus encerrada a presente sessão.

---

**Paulo Sérgio de Toledo Costa**  
Presidente

---

**Antônio Carlos Helvécio**  
Vice-Presidente

**DEMAIS EDIS:**